

Custo médio da energia eólica no Brasil fica próximo ao dos Estados Unidos e inferior ao da Europa

Liana Verdini – Correio Braziliense – 20/12/2009

O primeiro leilão exclusivo de energia eólica no Brasil surpreendeu pelo preço que alcançou. Com um desconto de 21,5% em relação ao preço inicialmente proposto, de R\$ 189 o megawatt/hora(MWh), a energia a ser produzida pela força dos ventos custará, em média, R\$ 148,39 (de R\$ 131 a R\$ 153,07). Em dólar, segundo os cálculos do presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (AbeEólica), Lauro FiúzaJúnior, o custo é de oito centavos de dólar o quilowatt-hora. "É o mesmo custo médio da geração de energia eólica nos EUA e quase metade do preço na Europa, onde custa 14 centavos de dólar", disse. Os Estados Unidos são líder em geração.

Embora esteja compatível com o preço internacional, é, sem dúvida, muito superior ao custo da energia hidrelétrica. No último leilão de concessão, por exemplo, da usina hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, a tarifa oferecida pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil, foi de R\$ 71,40 o MWh. Na média, porém, de acordo com cálculos da Tendências Consultoria Econômica, a geração de grandes hidrelétricas custa R\$ 105 o MWh.

"A energia eólica é mais cara que a hídrica, porém mais barata que a térmica. Como estamos tendo dificuldades (para o licenciamento ambiental) da Usina de Belo Monte, temos de garantir outras formas de energia", disse o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, durante a realização do leilão, na última segunda-feira, ao explicar os motivos que levaram o governo federal a comprar energia da nova fonte. Esse custo mais alto dificilmente chegará à conta do consumidor. Hoje, a energia eólica responde por 0,53% do total produzido no Brasil a um custo médio em torno de R\$ 270. Com os novos investimentos, a energia dos ventos responderá por cerca de 3% da matriz brasileira. Importante destacar que o estoque comprado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nesse leilão servirá como reserva.

Sucesso

As autoridades comemoraram o resultado. "Esse leilão foi um sucesso absoluto, pela quantidade e pelos preços que tivemos", afirmou o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. "Foi surpreendente ver uma usina negociar a R\$ 131/MWh", disse o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner. Segundo Maurício Tolmasquin, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia, o leilão firma a energia a partir dos ventos como o complemento atraente à hídrica, do ponto de vista econômico e ambiental.

Mas, no mercado, há quem duvide da capacidade de geração a um preço tão inferior ao máximo fixado. Isso porque não é possível produzir energia correspondente a 100% da capacidade instalada de uma usina eólica, pois os ventos não sopram de maneira uniforme, nem constante.

Pelas projeções do Conselho Mundial de Energia Eólica, o custo de implantação desse tipo de projeto deve cair 28% nos próximos 20 anos, saindo de 1.450 euros o quilowatt em 2009 para 1.050 euros em 2030, considerando um cenário em que as metas definidas para as fontes renováveis sejam implementadas e os empreendedores se sintam confiantes a investir (cenário moderado). No mais agressivo, esse custo pode baixar para até 1.026 euros. Tudo porque a participação da energia eólica na matriz energética mundial pode alcançar até 19,7% em 2030 (cenário agressivo), ou 11,9% no cenário moderado. Será uma mudança expressiva, considerando que, em 2007, a participação era de 1,4%.

"Creio que esse leilão representou uma vitória para todos que atuam na área eólica", avaliou o presidente da AbeEólica. "Esse tipo de energia entrou de vez na matriz brasileira. A expectativa é que daqui para a frente o custo de implantação seja cada vez mais competitivo", concluiu Fiúza Júnior.

Limites

Os especialistas calculam que, por causa da inconstância, só 40% da produção prevista é assegurada. Entretanto, todo o investimento precisa ser remunerado. Além disso, há a expressiva carga tributária brasileira, bem mais alta do que no exterior, e as restrições às importações, combinação que onera o preço dos equipamentos, apesar de todo o benefício fiscal dado tanto pelo governo federal, por meio do IPI, quanto pelos estados, através do ICMS.